

DEPUTADO FEDERAL RJ

**BERNARDO
ARISTON**



Brasília, Novembro de 2009 - ANO I - nº 20

Deputado critica relatório da partilha do pré-sal

O presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Bernardo Ariston, defende uma melhor divisão dos recursos dos petróleo do pré-sal para todo o Brasil, mas deixou claro mais uma vez que os estados produtores não podem abrir mão dos royalties. Dos quatro projetos que regulamentam a exploração e produção do petróleo na camada pré-sal, em tramitação na Câmara dos Deputados, o que institui o sistema de partilha tem sido o mais polêmico. Isto porque o relator, deputado Henrique Eduardo Alves, incluiu na proposta a divisão dos royalties entre estados, municípios e União. Alves sugeriu em seu parecer um aumento na alíquota de royalties de 10% para 15%. No documento, ele estabelece que 30% vai para a União, 18% para os estados produtores, 6% para os municípios produtores e 2% para os municípios afetados com a exploração.

"Nós estamos em defesa do nosso estado do Rio que é um estado produtor, em defesa da nossa população e tentando mostrar que a União não precisa concentrar tanta riqueza, tanto royalty para si, pode dividir melhor com todos os estados do Brasil. Ressaltando o fato dos royalties serem uma indenização, Ariston exemplificou a situação de Macaé. "O

município hoje sofre com inúmeros problemas sociais. Este dinheiro dos royalties é muito importante para os estados e municípios produtores para que eles possam se organizar e não permitir que esta história continue se repetindo pelo Brasil. Amanhã outros estados podem ser produtores também e passarem pelas mesmas dificuldades". Em reunião com os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, e outros deputados, Bernardo Ariston discutiu o tema. "A reunião tentou buscar um entendimento com os nossos pares dos outros 24 estados de que os estados produtores não são os patinhos feios, os vilões da história, muito pelo contrário.

São os estados que estão na linha de frente e que podem ter um impacto muito ruim se alguma coisa acontecer", afirmou. Ariston lembrou que no sistema de partilha, incluído na proposta, não pressupõe o pagamento da Participação Especial e, segundo ele, os estados produtores acabam perdendo por receberem menos do que ganham com o regime de concessão.

"E porque a União vai ficar com a maior parte deste bolo, concentrando a riqueza no governo federal? Porque não dividir esta riqueza com os governos municipais e

estaduais de todo o Brasil? "

A discussão do relatório na comissão especial, que seria na terça-feira, dia 3, foi adiada, a pedido de alguns parlamentares.

Ariston criticou o adiamento. "Foi bom por um lado por ganharmos mais tempo para discussão. Mas não foi o combinado na reunião. O combinado foi fazer um trabalho de convencimento dos deputados da importância que é uma melhor divisão da parte que vai para a União". Ainda, de acordo com o deputado, Sérgio Cabral informou que fez apelo ao presidente Lula para que a situação seja alterada e que os estados produtores não querem 2,7% dos royalties do pré-sal querem 5,3% no mínimo.

Conforme acordo fechado entre o presidente da Câmara, Michel Temer, e o governo federal, os projetos referentes ao pré-sal terão que estar em plenário no próximo dia 10. Dois relatórios já foram votados nas respectivas comissões especiais: o que cria a estatal responsável pelo gerenciamento dos recursos, a Petro-Sal; e o que institui o Fundo Social. As comissões que analisam os projetos sobre a capitalização da Petrobras e sobre o regime de partilha marcaram votação também para a tarde do dia 10.

Visita à Região dos Lagos

Carlos Magno



O deputado Bernardo Ariston fez parte da comitiva do governador do Rio, Sérgio Cabral, à Região dos Lagos, no último dia 5. Ariston participou da Cerimônia de Assinatura de Convênios do PADEM - Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios e Assinatura com o DER, para Execução de Obras no município de Arraial do Cabo (foto). Em, São Pedro da Aldeia, o prefeito, Carlindo Filho, elogiou a ajuda que Bernardo Ariston tem dado ao município. São Pedro da Aldeia também teve convênio firmado com o DER e Padem para urbanização e pavimentação de ruas em 19 bairros da cidade. Um total de 17 milhões em investimentos. A comitiva visitou também Búzios, Iguaba Grande e Saquarema. Em Búzios, foi assinada parceria para obras de urbanização, pavimentação e drenagem de 48 ruas nos bairros Rasa, Vila Verde, Tucuns, Marina e Capão, com investimentos de mais de R\$ 15 milhões. No município de Iguaba Grande, um projeto prevê a execução de obras de pavimentação, recapeamento, drenagem e urbanização em 28 quilômetros de ruas e avenidas municipais e investimentos de R\$ 13 milhões. Para Saquarema, foi anunciado um pacote de obras de infraestrutura, pavimentação, drenagem e serviços complementares em diversas vias do município.



A retomada do crescimento

Deputado Bernardo Ariston

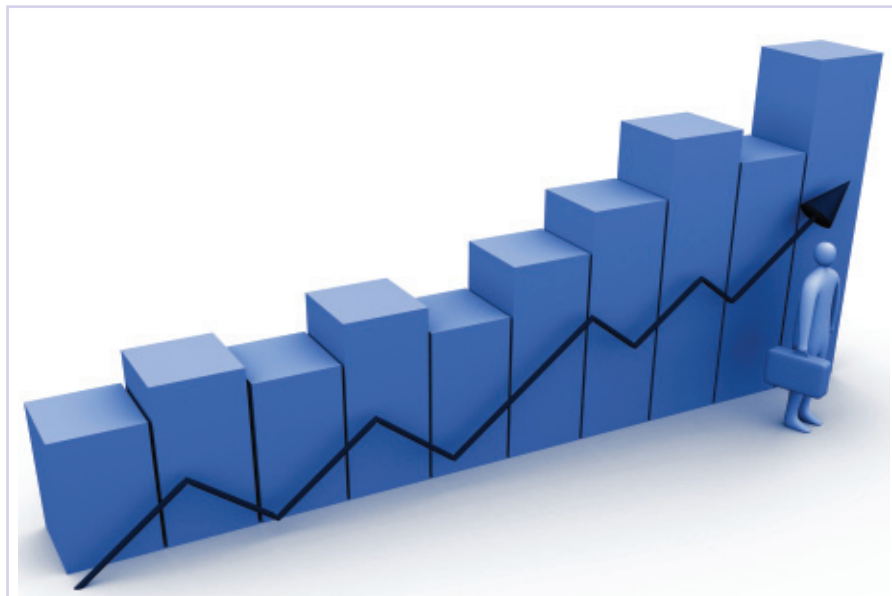
Não é de hoje que economia brasileira vem dando sinais de que a crise internacional foi mesmo uma marolinha por aqui. A boa notícia agora é que a luz do crescimento está apontando para o setor produtivo. Os sinais são claros, pois, como forma de garantir o crescimento acelerado do país, ele começa a pressionar o governo por mais estímulos.

Um recente estudo do economista Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica, sobre a capacidade instalada nos diversos setores da indústria, mostra que em alguns deles a utilização já está próxima dos níveis pré-crise, reforçando a necessidade e a urgência de novos investimentos como forma de conter as pressões inflacionárias e o aumento de juros.

O assunto foi muito bem abordado por uma reportagem do jornal O Globo, publicada no domingo, dia 11/10. O estudo mostra que, na média, o nível de utilização na indústria de transformação chegou perto de 82% em setembro, com crescimento previsto de 0,85 ponto percentual por mês no último trimestre. O estudo lembra que no final do ano passado, pouco antes do auge da crise, a utilização estava em 86,6%.

O economista calcula que se o grau de utilização continuar crescendo nesse ritmo, em seis meses chegará perto de 85%, nível que prevaleceu no período de exuberância da indústria no pré-crise. Segundo ele, esse é um nível que levaria os empresários a fazerem planos de novos investimentos. Por outro lado, o economista também alerta que isso poderia levar o Banco Central a aumentar os juros para conter as pressões inflacionárias.

O estudo de Julio de Almeida mostra ainda que em alguns setores da indústria, os gargalos são mais evidentes - caso de material de construção (cujo indicador já atingiu 89,3%) e bens de consumo em geral (84,4%), que são preocupações evidentes a curto prazo. Já nos setores muito afetados pela crise e naqueles que não contaram com compensações fiscais do governo (redução do IPI, por exemplo) há ainda alguma folga. Esse é o caso dos setores mo-



biliário e de bens de capital.

A produção segue o mesmo caminho. Segundo o IBGE, dos 26 subsetores pesquisados, seis já ultrapassaram o patamar de setembro de 2008, o mais alto da série histórica. Outros três - mobiliário, refino de petróleo e álcool e alimentos - devem ter alcançado esse ritmo de produção no mês passado. Alguns especialistas, inclusive, afirmam que já existem sinais concretos de pressões inflacionárias para 2010.

O governo, no entanto, tem se mostrado hábil nessas questões. Mesmo com a crise, o país conseguiu, através da sua política econômica, manter por aqui seus principais investidores. Os técnicos do governo, por sua vez, lembram que os estímulos para o setor produtivo foi desempenhado pela política anticíclica, implementada em meio à crise global, e que a margem fiscal, agora, é bem menor.

As desonerações tributárias postas em prática, como a redução do IPI para automóveis e a linha branca, representaram uma renúncia fiscal de R\$ 25 bilhões este ano. Também há que se reconhecer que o governo acertou ao criar os incentivos do BNDES para a compra de bens de capital, com financiamento de longo prazo e juros subsidiados de 4,5% ao ano. Esses incenti-

vos poderiam até permanecer combinados com a desoneração dos investimentos. Mas os técnicos, entretanto, consideram que o importante seria desonrar a folha de pagamento das empresas. Só que essa medida exige uma renúncia fiscal num momento de queda de arrecadação, o que não deve acontecer.

O importante disso tudo é ver que o país está no caminho certo. Não há espaço para o aumento de preços na indústria. Qualquer bem que sofrer reajuste será substituído pelo importado. Com o câmbio valorizado, aliás, muitos já estão deixando de produzir para importar. Os próprios representantes industriais admitem que o setor está, sim, aquecido, mas não é só isso que deve pressionar a inflação em 2010.

Eles lembram que a construção civil - que recebeu incentivos como o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida - deve crescer entre 2,5% e 3% este ano e mais 5% em 2010. É preciso, contudo, investir em mão de obra e continuar trabalhando com medidas que aumentem a competitividade das empresas e reduzam custos. Até aqui, o governo tem agido bem. Mas seu papel de protagonista desse crescimento só se manterá se ele continuar a fazer seu dever de casa.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Gabinete do Deputado Federal Bernardo Ariston - PMDB - RJ
Gabinete 710. Câmara dos Deputados anexo IV, Brasília DF - Tel: (61)3215-1710
dep.bernardoariston@camara.gov.br
Edição, reportagem e redação: Rosa School
Diagramação e arte final: Studio Fenix (22) 9211-9030

Acompanhe o trabalho do deputado federal Bernardo Ariston através dos sites:

www.videolog.tv/bernardoariston e
www.bernardoariston.com.br

Acesse também: www.twitter.com/bernardoariston